

# E o que vai ser da educação?

MARÇAL VERSIANI

Primeiro, a fixação de diretrizes e prioridades; depois, a escolha dos auxiliares de governo: era o que se dizia, há até bem pouco tempo, da progressão que seguiriam as atividades do general João Baptista Figueiredo, encerrada a participação na campanha eleitoral e a hospedagem no Hotel Aracoara.

Mas os nomes surgiram no final da semana passada, com o que o presidente-eleito parece nos convidar para um exercício a posteriori sobre suas diretrizes de governo: uma meia dúzia de nomes que vale por um carro-chefe de Ministério. Nomes constantemente controvertidos — Golbery, Simonsen, Rischbieter, Delfim, Andreazza, Portella — e por isso mesmo de cotação conhecida na bolsa de opiniões; nomes a que as diversas lideranças brasileiras não são de maneira alguma indiferentes. Se a divulgação desses primeiros nomes (e com tanta coincidência entre os vários órgãos de imprensa, a notícia tem que ser tomada como divulgação consentida) obedeceu a uma estratégia de impacto, o general João Baptista Figueiredo pode estar certo de que o objetivo foi coberto: menos pelo respeito em que é tida a competência de cada um deles que pela impressão de homogeneidade que deixa essa divulgação em bloco. Essa impressão domina a tentação de especular sobre a índole de cada um: as estrelas de nosso futuro céu político-administrativo, todas consideradas de primeira grandeza, apareceram em constelação. Quando mais não fora, um bom horóscopo.

Um senão, entretanto: de que adianta uma cobertura tão grande dada ao que será a política econômica do futuro governo, se falta uma definição sobre o que lhe municia a retaguarda indispensável, a médio e longo prazos, a Educação? Está aí, com efeito, a maior hipoteca a pesar sobre o desenvolvimento brasileiro; e, além-se de passagem, não apenas sobre o desenvolvimento econômico. E continuamos como se as diretrizes em matéria de educação nacional não tivessem articulação alguma

está a maior denúncia de nossa educação por níveis: temos vários graus de ensino reconhecidos na educação nacional (e acrescidos, nos últimos anos, com a introdução da pós-graduação), que jamais repercutem em vários graus de habilitação e, consequentemente, numa escala menos abrupta de participação na renda nacional. A menos, pois, que os mentores de nossa política econômica demonstrem maior preocupação com os rumos da educação, temos que dá-los por satisfeitos com a atual carência de quadros...

Essa satisfação vem em alto nível quando se deixa como espólio a Pasta da Educação, quando não se procura, com diligência igual à empregada na área econômica, o melhor nome para ocupá-la. Se se pode conjecturar que a escolha, há nove anos, de um senador Jarbas Passarinho, foi ditada pelo relacionamento difícil e áspero entre o governo de então e os meios intelectuais, acadêmicos e estudantis (uma solução, aliás, mtope e infantil, a ser procedente a hipótese), por que se escolheu, para suceder a Jarbas Passarinho no início da distensão, um sr. Ney Braga?

Do sr. Ney Braga ficou guardada uma frase dos últimos dias de fevereiro de 1974, da época do Largo da Misericórdia: "Fui ministro da Agricultura, e não sou agricultor". Assim, pois, seria ministro da Educação, o que coloca os recursos humanos e técnicos a par do valor econômico de nossa precaríssima produção agrícola. Era como se valesse a formação de quadros para o desenvolvimento nacional, o que vale, digamos, o milho brasileiro como produtor de divisas no mercado internacional. Depois da explicação da má distribuição da renda pelo baixo nível da educação brasileira, falta, pois, explicar este último pela despreocupação com que se tem tratado a Pasta da Educação...

Qualquer explicação, porém, insinua soluções. E o general João Baptista Figueiredo, que uma vez criticou duramente, com estudantes em Recife, as distorções do ensino brasileiro (entre elas: "abrir demais

com as perspectivas de desenvolvimento, o equívoco que tem feito de nossos PNDs obras de ficção, que divertem num primeiro instante para irritar depois.

Se estão definidas as diretrizes e prioridades na área econômico-financeira com a escolha dos nomes conhecidos, a indefinição quanto à Pasta da Educação faz pensar que sua política terá uma das mais antigas formulações da lei da inércia, que se pode ler no livro bíblico do Eclesiastes: "nada há de novo debaixo do sol". Pior ainda, se estiver ela sendo deixada como prêmio de consolação para algum preterido, delfim (sem trocadilho) de algum governador de Estado, ou político de êxito na última campanha eleitoral.

Nossos mais notáveis economistas vêm explicando a alta concentração da renda nacional verificada na última década e meia pela falta de habilitação profissional de nossa mão-de-obra: temos um contingente gigantesco de mão-de-obra sem qualificação alguma, o que leva para as mãos da infima minoria qualificada a maioria do bolo. Mas, se nesse raciocínio não vier uma boa dose de fatalismo hipócrita, nele

as portas de nossas universidades, fazendo com que o nível de nosso ensino, por falta de infra-estrutura, caísse"), faria bem em pedir indicações aos que têm a mão na massa e perspectivas a seu novo ministro do Planejamento, um futurólogo à moda da casa.

O bom senso, ou uma filosofia de governo para os mais exigentes, recomenda um ministro da Educação que saiba educar e por que meios educar, que saiba investir melhor no imenso capital cultural da Nação (muito mais importante, talvez, para o desenvolvimento nacional que a lenta e incerta formação de quadros) e que, ademais, se entenda com os ministros da área econômica — ou seja capaz de empreender junto destes um profícuo trabalho de catequese. Perdido entre os itens do orçamento da União, como um burocrata, ou à cata de recursos extra-orçamentários para a educação (crédito educativo, por exemplo), um ministro a mais da Educação nos deixaria tão pobres, em 1985, como se se esperasse agora que o sr. Delfim Netto fosse apenas um ministro a mais da Agricultura. Ou como os que foram as duas coisas.